

ATITUDES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA INCLUSÃO DO ALUNO AUTISTA NA ESCOLA

Rosane Costa de Paiva Oliveira¹

RESUMO

Este artigo é um estudo sobre o Autismo, pontuando sua definição, um pouco de sua história, as diferentes legislações, as adequações curriculares que foram surgindo, as estratégias e práticas pedagógicas inovadoras. Pretende-se com estas questões que se abra um leque sobre estas pesquisas, trazendo para esta conversa todos os aspectos que este assunto merece, e principalmente, procurar respostas para a aprendizagem das crianças envolvidas nesta síndrome. Descortinar o que não se sabe, é de fundamental importância para descobrir caminhos, que possam ajudar os alunos que chegam as diferentes instituições de ensino e que por vezes pela falta de conhecimento da comunidade escolar de como lidar com estas questões, não recebem o tratamento adequado para o seu desenvolvimento. É por isto que se detalhou com mais ênfase as adequações curriculares, apontando estratégias e como as práticas pedagógicas podem ser implementadas, para que possa ocorrer de fato a aprendizagem, dentro dos limites possíveis a este tipo de atendimento.

Palavras-chave: Inclusão; Método;TEA

¹ Aluna do 3º ano de Pedagogia AEDB

1 INTRODUÇÃO

A educação tem sido confrontada e desafiada diariamente a prestar um serviço de qualidade e eficiência, aos seus alunos e principalmente no que diz respeito à inclusão. Dentro desse cenário, estão os educandos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), presentes praticamente em todas as instituições de ensino.

Historicamente falando, os casos de TEA dificilmente chegavam até as escolas, por diversos motivos: dificuldade em se fechar diagnóstico, falta de informação de maneira geral, tabus e entraves culturais, entre outros. A inclusão não era vista como hoje em dia, que está registrada nas leis nacionais, e as instituições têm a obrigatoriedade de fazer cumprir.

Atualmente é possível observar, por meio do contato com crianças autistas e familiares, o quanto eles são singulares em relação ao desenvolvimento global. Considerando que há diversas possibilidades de aprendizagem deste aluno, e levando em conta suas diversidades e particularidades, o presente trabalho irá buscar identificar algumas dessas particularidades em relação as diversas áreas do desenvolvimento e a respeito de práticas educacionais e pedagógicas que possam vir a auxiliar no processo de aprendizagem desses alunos.

Devido ao crescente e alarmante índice de casos que tem surgido, se fazem necessárias técnicas de ensino-aprendizagem que possam atender a essas demandas, que possam dar subsídios a equipe educacional e que principalmente ajude a melhorar o desempenho desses alunos, colaborando com a melhoria da qualidade de vida dos mesmos e de seus familiares; e contribuindo assim, para que tenham mais autonomia e qualidade de vida.

Falaremos a respeito de adequações curriculares, estratégias e práticas pedagógicas que tem sido estudadas e testadas, revelando-se eficientes no processo de ensino desses estudantes.

2 BREVE HISTÓRIA DO AUTISMO

Os primeiros sinais da necessidade de práticas pedagógicas na inclusão surgiram em 1907, na Itália. Maria Montessori, primeira mulher a cursar faculdade de medicina na Itália, é encarregada pelo diretor geral do Instituto Dei Beni Stabili de Roma a organizar algumas escolas infantis nas casas populares do quarteirão de San Lorenzo, no centro de Roma. E em 06 de janeiro de 1907 é aberta a primeira Casa dei Bambini (Casa das Crianças) para atender filhos de operários. Montessori entendeu que precisaria de uma estruturação diferenciada para atender crianças com um potencial, porém com dificuldades de aprendizagem. (SILVESTRIN, 2012)

O termo autismo propriamente dito, palavra de origem grega “autismos”, surgiu no ano de 1911, utilizada pelo psiquiatra Eugen Bleuler, um psiquiatra suíço, que era especialista em esquizofrenia, que acreditava que autismo seria mais um dos sintomas da esquizofrenia. (MARFINATI, 2014).

Em 1943, um pesquisador alemão chamado Leo Kanner descreveu o autismo da seguinte maneira; ele acreditava ser uma condição neurológica única decorrente da incapacidade de estabelecer vínculos afetivos próximos com outras pessoas ou tolerar modificações do ambiente e das rotinas diárias. A principal característica dessas crianças era uma incapacidade de se relacionar com as demais pessoas, iniciando-se nos primeiros anos de vida. Kanner também pontuou características que considerou secundárias, como alterações de fala e de linguagem, atraso de desenvolvimento de linguagem, cognitivo alterado, comportamentos repetitivos e sensibilidade pouco comum a determinadas situações. Ainda nos anos 70, Kanner continuava sua busca pelo contato e desenvolvimento de pessoas com o transtorno. (STELZER,2010).

Em 1944 Hans Asperger, definiu autismo como um distúrbio que ele denominou Psicopatia Autística, manifestada por transtorno na interação social, uso pedante da fala, desajeitamento motor e incidência, segundo ele, apenas no sexo masculino. Hans Asperger se baseou na descrição de alguns casos clínicos, caracterizando a história familiar, aspectos físicos e comportamentais, observou o desempenho nos testes de inteligência, além de enfatizar a preocupação com a abordagem educacional daqueles indivíduos. (VILA, DIOGO, SEQUEIRA, 2009).

Em 1980 Lorna Wing defendeu que as manifestações do autismo fazem parte de uma mesma tríade sintomática, ou seja, ausência de interação social, de comunicação e comportamento restrito e repetitivo. (BENTO, 2016).

Em 2002, Lovaas desenvolveu uma forma de modificação de comportamentos, ensinando indivíduos com atrasos no desenvolvimento a melhorarem suas respostas adaptativas, onde muitos alcançavam uma faixa normal de funcionamento. (THOMAS, 2015).

Seguimos então em direção à essa meta, buscar formas diferenciadas de desenvolver esses indivíduos. Considerando que o transtorno é caracterizado por alterações na comunicação, na interação social e no uso da imaginação, obviamente há que se pensar em formas distintas de alcançá-los em suas especificidades. Importante não os deixar à margem da sociedade, já que a nossa Constituição é bem clara nesse sentido, quando diz que educação é um direito de todos e que todos são iguais perante a lei.

A proposta de educação inclusiva tem sua origem na Conferência Mundial de Educação para Todos promovida pela Unesco em 1990, na Tailândia.

Porém, não basta que a lei diga que é preciso incluir. É preciso que haja uma conscientização da sociedade em relação às diferenças, ao respeito e ao direito à dignidade que todos merecem. Sem essa mudança de paradigma em relação ao ser humano, pouco se muda, pois o mundo é feito por pessoas, e se essas pessoas não quiserem fazer diferença umas nas vidas das outras, nada acontece.

Segundo Eugênio Cunha, psicopedagogo pesquisador na área educacional e em minha opinião um dos melhores no Brasil, é preciso ter conhecimento para saber trabalhar com a pessoa com autismo, mas acima de tudo, é preciso ter respeito, amor, e doação, onde juntos com a família possamos nos unir em busca de compreender e construir caminhos que ajudem essas pessoas a terem mais qualidade de vida e autonomia.

Há muito para conquistar, principalmente no campo filosófico, subjetivo e representativo da inclusão escolar. Há educadores que não conhecem a legislação educacional; há aqueles que a conhecem, mas trabalham como se ela não existisse; há educadores que desejariam conhecê-la e, mais importante ainda, desejariam aplicá-la, mas estão destituídos de estruturas mínimas para o seu exercício. Há educadores que desejariam ser capacitados por instâncias formativas superiores. Há outros, porém, que a capacitação representa mais enfado e cansaço. Há educadores sonhadores, otimistas, desesperançados, mas por sorte há sempre aqueles que jamais se entregam. (CUNHA, 2015, p.17).

Precisamos entender a necessidade da capacitação para realizar um bom trabalho. Já há bastantes trabalhos desenvolvidos a esse respeito, restando apenas que haja boa vontade, interesse e determinação.

3 LEGISLAÇÃO

No que diz respeito a legislação por direito à educação e adaptações necessárias aos que necessitam, muito se tem avançado nesse sentido. Desde a Constituição de 1988, temos diversas leis e publicações criadas com o objetivo de melhorar os atendimentos a esse público.

A Constituição Federal de 1988 estabelece que:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III – Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.

A Lei 9394 de 1996, Diretrizes e Bases da Educação Nacional, institui que:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

Art. 59. O poder público deverá instituir cadastro nacional de alunos com altas habilidades ou superdotação matriculados na educação básica e na educação superior, a fim de fomentar a execução de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento pleno das potencialidades desse alunado.

Na Lei Federal 12.764/2012, Lei Berenice Piana, ocorre uma mudança pragmática em relação à abordagem pedagógica do autismo no ambiente escolar. Todo aluno tem direito à educação, prevalecendo o princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Apoio na locomoção, comunicação e ao acesso ao currículo.

4 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

O Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Especial, considerando a importância da formação dos professores e de toda equipe pedagógica no processo de inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais, desenvolveu e disponibilizou em 2006, uma Coleção “Saberes e Práticas da Inclusão”; um manual de orientação e

desenvolvimento de competências para atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, servindo como guia para todo aquele educador que deseja fazer um trabalho de qualidade e excelência. Um manual de suporte para avaliação e identificação das necessidades educacionais especiais.

A Educação Especial, como uma modalidade da educação escolar que perpassa todas as etapas e níveis de ensino, está definida nas Diretrizes Nacionais para a Especial na Educação Básica que regulamenta a garantia do direito de acesso e permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais e orienta para a inclusão com classes comuns do sistema regular de ensino. (Saberes e práticas na inclusão: avaliação para a identificação das necessidades educacionais especiais. MEC, 2006).

4.1 Avaliação

Precisa-se antes de qualquer coisa, conhecer o nosso aluno, seja por meio de anamnese com a família, e/ou aplicando testes de acordo com as possibilidades e necessidades. O processo de avaliação deve ser contínuo e permanente. O documento desenvolvido pelo MEC, Saberes e Práticas da Inclusão foi desenvolvido com esse objetivo, orientando sobre a necessidade de reflexão a respeito das práticas pedagógicas que vem sendo aplicadas e de suas fundamentações teóricas, apresentando procedimentos de avaliação que venham a dar subsídios à prática pedagógica, orienta ao respeito às diferenças e diversidade dos alunos, incentivando à reflexão e construção de uma escola verdadeiramente inclusiva.

Entretanto, escola e família precisam ser concordes nas ações que demandam, principalmente, nos casos de dificuldade de aprendizagem. O mais importante é o educando. (CUNHA, 2010, p.99)

A família precisa ter uma atenção especial e deve ser considerada como parte relevante no processo de preparo e acompanhamento do plano de desenvolvimento que será preparado para o alunado. Geralmente, a família é colocada de lado, quando se fala em inclusão. Normalmente não se coloca a família no meio do processo, porém, isso é um grande equívoco, pois é ela, a família, quem melhor conhece esse aluno e poderá dar dicas a respeito de como atuar, seja na questão comportamental ou social ou em diversos outros aspectos. Quanto mais próxima a instituição estiver da família, melhor será qualidade do trabalho desenvolvimento e melhor para todos.

Família e escola são responsáveis tanto pelas alternativas aos obstáculos naturais surgem na educação quanto pela aplicação dos recursos pedagógicos para as soluções. Trata-se da

construção de uma experiência compartilhada de educação e afeto. (CUNHA, 2010, p.99)

Na educação há diversos tipos de testes através dos quais a equipe pedagógica poderá lançar mão para avaliar o aluno e juntos poderão chegar a um consenso; mas não se deve prescindir desse recurso, pois é através dele que será construído um programa de desenvolvimento que será trabalhado com aluno e avaliado de forma contínua e permanente. Essa avaliação precisa envolver toda a equipe educacional com o objetivo de conhecer para fazer as intervenções necessárias, buscando reduzir as barreiras para a aprendizagem, e contribuindo para o desenvolvimento do aluno.

Considerando que há uma imensa gama de possibilidades, serão apresentadas algumas práticas possíveis de serem utilizadas com alunos que estão dentro de espectro autista, porém, com os modelos que serão apresentados não se pretende padronizar a avaliação ou análise de dados, mas incentivar a reflexão e busca pelo desenvolvimento de formas de desenvolver o aluno, não somente respeitando, mas principalmente, valorizando suas diferenças e especificidades. (HOFFMANN, 2014).

É preciso considerar durante a avaliação e levantamento de informações sobre o aluno, o quanto de autonomia e independência o aluno possui e quando da construção de um currículo de atividades, necessário se faz priorizar atividades funcionais que possam desenvolvê-las; aquelas que ainda não estejam interiorizadas. Há que se pensar também, não somente em um plano de ensino, mas principalmente em um plano de integração com a turma; pois o que se tem constatado, é que não há uma integração do aluno com os conteúdos e contextos apresentados na turma, mas uma inserção do aluno sem um planejamento Integrativo.

4.2 Modelo Avaliação Perfil Psicoeducacional Revisado PEP-R.

É um modelo desenvolvimentista de avaliação que foi desenvolvido para avaliar, descrever e entender padrões de aprendizagem irregulares exibidos caracteristicamente por crianças autistas ou com distúrbios de desenvolvimento correlatos, em diferentes áreas funcionais. É um inventário de comportamentos e habilidades desenvolvido para identificar padrões de aprendizagem irregulares e idiossincráticos. É indicado para avaliar crianças dentro da faixa do pré-escolar aos 11 anos. Após essa idade é mais recomendável utilizar o modelo de avaliação pré-vocacional Perfil Psicoeducacional para adolescentes e adultos (AAPEP) (MESIBOV, SCHOPLER, SCHAFFER & LANDRUS, 1988).

O modelo PEP-R oferece informações relativas ao funcionamento do desenvolvimento nas áreas de: Imitação, Percepção, Motora Fina, Motora Grossa, Integração Olho-mão, Desempenho cognitivo e Cognitivo verbal. O PEP-R também identifica níveis de anormalidades de comportamento nas áreas de relacionamento, afeto (cooperação e interesse por pessoas), brincar e interesse por materiais, respostas sensoriais e linguagem. Os resultados são distribuídos entre as 7 áreas de Desenvolvimento e 4 áreas de Comportamento. O autismo engloba além de atrasos do desenvolvimento, também comportamentos atípicos. Através desse modelo de avaliação, é possível então, traçar um plano de desenvolvimento para o aluno, englobando atividades que irão estimular diversas áreas de habilidades, proporcionando assim, estimulação multidisciplinar e possibilitando um acompanhamento criterioso e consistente.

4.3 Modelo estruturação TEACCH

O Programa Teacch - Treatment and Education of Autistic and Related Communication Handicapped Children), criado em 1971 por Eric Schopler e seus colaboradores na Universidade de Chapel Hill na Carolina do Norte e é um programa de tratamento para crianças de todas as idades com autismo e problemas severos relacionados com a comunicação. (Schopler ,1980). O Programa Teacch tem como objetivo ajudar a criança com autismo a melhorar suas capacidades adaptativas e melhorar a sua autonomia, auxiliando na colaboração entre famílias e profissionais. (FONSECA, 2006).

O objetivo principal do Programa Teacch é melhorar as capacidades de comunicação e interação social. O programa deve ser ajustado às necessidades individuais de cada criança. Trata-se de um modelo de intervenção que compreende uma organização de espaço, de materiais e de atividades, que irão propiciar ao aluno uma organização interna; uma rotina de trabalho que irá compensar os déficits cognitivos, sensoriais e sociais, comunicativos e comportamentais presentes no autismo.

4.4 Programa de Desenvolvimento Individualizado (PDI)

Que atividades iremos desenvolver com o aluno autista? Todas aquelas que forem necessárias à sua evolução e aprendizado. Não há limites para quem deseja ensinar, e nem barreira para que quer aprender; apenas ajustes precisam ser feitos ao longo da caminhada. Importante se faz criar um planejamento, um plano de trabalho, ter metas, ter objetivos e

buscar formas de alcançá-los. Quem irá mostrar esse caminho é o aluno. A observação, paciência e persistência é fundamental para desenvolver esse programa. Ao construir um plano de ensino, o professor deverá observar o que é interessante para o aluno, o que o atrai, para que possa construir estratégias de reforços positivos e motivadores.

O programa deverá conter atividades que venham a estimular o desenvolvimento de habilidades que estão em atraso, observadas através de um instrumento de avaliação; no caso o PEP-R, modelo desenvolvido em parceria com o Programa Teacch. As atividades precisam englobar questões sociais, afetivas e pedagógicas.

Será preciso delimitar um período para reavaliação e ajuste das metas. Não é bom deixar passar um período muito longo, melhor traçar metas mais curtas, porém mais frequentes, sempre priorizando as habilidades que precisam ser alcançadas.

Também há que se pensar em como será a comunicação com o aluno, caso ele não seja verbal; como ambos irão se compreender.

4.5 Adaptação curricular

Como já mencionado, os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades, sendo assim, se fazem necessárias estratégias diferenciadas, adequações curriculares, estruturação de espaço e materiais pedagógicos adequadamente desenvolvidos para as necessidades de cada educando. Há que se pensar em formas de integrar ao máximo o aluno às atividades propostas à classe. É preciso sempre buscar formas de adaptar as atividades que serão desenvolvidas com o aluno, com o contexto que está sendo trabalhado com a turma, caso contrário, não será inclusão, integração, e sim, exclusão.

Dentro do contexto adaptação é preciso pensar na capacitação da profissional que estará dando suporte ao alunado, para que se possa implementar os conteúdos e atividades propostas no plano de desenvolvimento elaborado para o aluno. É fundamental ter uma mediação capacitada. Não adianta ter um plano de ensino estruturado, sem pessoas capacitadas para implementá-los. O ideal seria um profissional da educação para fazer as intervenções necessárias, porém, como não é essa a realidade que se apresenta no momento, no mínimo, é preciso treinar os mediadores. É preciso que haja uma integração entre toda a equipe escolar e a família, para o sucesso do plano ora traçado para o aluno.

CONCLUSÃO

Durante a revisão de algumas literaturas a respeito do tema apresentado, chegamos à conclusão de que há uma infinidade de possibilidades e formas de desenvolver trabalhos educacionais e pedagógicos com alunos autistas e, que a principal característica do educador é a vontade de ensinar. Potencial e capacidade de aprendizagem todos os seres humanos possuem, cada qual dentro de suas possibilidades, e não é o educador quem deve delimitar esse alcance e sim o próprio aluno. Cabe ao educador buscar todas as formas possíveis, usar suas habilidades e competências e tentar fazer diferença na vida daqueles que lhes são confiados. É preciso que se tenha o desejo de contribuir para o desenvolvimento do aluno, colaborando assim, para melhorar a sua condição adaptativa ao meio e conseqüentemente, melhorando a sua qualidade de vida e de seus familiares.

REFERÊNCIAS

BARBERINI, Karize Younes. **A escolarização do autista no ensino regular e as práticas pedagógicas**. Caderno Pós-Graduação Distúrbio e Desenvolvimento. São Paulo, v. 16, n. 1, p. 46-55, jun. 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-03072016000100006&Ing=pt&nrm=isso>. Acesso em: 18 maio 2019.

BENTO, Flávio; NAKAMURA, Sueli Rosa. **O direito à educação da pessoa com transtorno do espectro do autismo [TEA]**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIX, n. 146, mar 2016. Disponível em: <<http://www.ambito-juridico.com.br/index.php?nlink=revista artigos Leitura&artigo id=16936>>. Acesso em: 18 maio 2019.

BRASIL, **Lei 9394/1996**. Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

BRASIL, **Lei Federal 12.764/2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 18 maio 2019.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **Saberes e práticas na inclusão: Avaliação para a identificação das necessidades educacionais especiais**. 2.ed. Coordenação geral SEESP/MEC. Brasília: MEC, 2006.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão:** psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak,, 2009.

_____. **Autismo na escola:** Um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar. 3.ed. Rio de Janeiro: Wak, 2015.

_____. **Afeto e aprendizagem.** Relação de amorosidade e saber na prática pedagógica. 2.ed. Rio de Janeiro: Wak, 2010.

FONSECA, M.E.G.F. **O Programa Teacch:** Estrutura e formas de aplicação na realidade brasileira. Guia de Avaliação Educacional. Vol.1. 3.ed. São Paulo, 2009.

HOFFMAN, Jussara. **O Jogo do Contrário em Avaliação.** 9.ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

MARFINATI, A.; ABRÃO, J. L. **Um percurso pela psiquiatria infantil:** dos antecedentes históricos à origem do conceito de autismo. Estilos da Clínica, 19(2), 244-262. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v19i2p244-262>.

SCHOPLER, Eric.et al. **Perfil Psicoeducacional Revisado (PEP-R).** Avaliação e Tratamento Individualizado para Crianças Autistas e com Distúrbios do Desenvolvimento. Carolina do Norte, 1990.

STELZER, Fernando Gustavo. **Uma pequena história do autismo.** Cadernos Pandorga de Autismo Volume 1. Editora Oikos, 2010.

SILVESTRIN, Patricia. **Método Montessori e inclusão escolar:** articulações possíveis. Porto Alegre, 2012.

VILA, G., Diogo, S., Sequeira,S. (2009). **Autismo e Síndrome de Asperger.** Psicologia.com.pt. O portal dos psicólogos. p. 10. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0140.pdf>. Acesso em: 18.maio 2019.

WHITMAN,Thomas.L. **O desenvolvimento do autismo.** Social, cognitivo, linguístico, sensorio-motor e perspectivas biológicas. São Paulo: M.Books do Brasil Editora Ltda, 2015.